



ANAIS do 33º Congresso Brasileiro de Espeleologia

Eldorado SP, 15-19 de julho de 2015 - ISSN 2178-2113 (online)



O artigo a seguir é parte integrando dos Anais do 33º Congresso Brasileiro de Espeleologia disponível gratuitamente em www.cavernas.org.br/33cbeanais.asp

Sugerimos a seguinte citação para este artigo:

BORSANELLI, F.A.; LOBO, H.A.S.. Impactos causados à comunidade local com o fechamento das cavernas turísticas do PETAR em 2008 na visão dos *stakeholders* envolvidos. In: RASTEIRO, M.A.; SALLUN FILHO, W. (orgs.) CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 33, 2015. Eldorado. *Anais...* Campinas: SBE, 2015. p.719-727. Disponível em: <http://www.cavernas.org.br/anais33cbe/33cbe_719-727.pdf>. Acesso em: *data do acesso*.

Esta é uma publicação da Sociedade Brasileira de Espeleologia.
Consulte outras obras disponíveis em www.cavernas.org.br

IMPACTOS CAUSADOS À COMUNIDADE LOCAL COM O FECHAMENTO DAS CAVERNAS TURÍSTICAS DO PETAR EM 2008 NA VISÃO DOS *STAKEHOLDERS* ENVOLVIDOS

*IMPACTS CAUSED TO THE LOCAL COMMUNITY IN FUNCTION OF THE SUDDEN CLOSURE OF
THE SHOW CAVES OF PETAR IN 2008: THE STAKEHOLDERS POINT OF VIEW*

Francesca Antoniella BORSANELLI (1); Heros Augusto Santos LOBO (2)

(1) Bacharel em Turismo na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos SP.

(2) Professor no curso de Bacharelado em Turismo na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos SP.

Contatos: francescaborsanelli@hotmail.com; heroslobo@ufscar.br.

Resumo

O contexto histórico da região do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) condicionou as famílias do seu entorno a trabalhar com o turismo, uma vez que esta passou a ser uma das únicas atividades econômicas possíveis na região, devido às diversas restrições de uso do ambiente com a criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral na década de 1950. A comunidade local tornou-se dependente do fluxo de visitantes, inicialmente aventureiros interessados nas belezas naturais e, sobretudo, nas cavernas da região. Por fim, o destino especializou-se no segmento espeleoturismo, recebendo um fluxo turístico cada vez maior ao longo das últimas décadas. Todavia, a consolidação do destino turístico não foi acompanhada pela estruturação proporcional do PETAR para o uso público, o que resultou em degradação ao meio ambiente cavernícola e riscos à integridade do visitante. Essa realidade de ambiente delicado, gestão fragilizada e segurança vulnerável culminou em uma ação civil, que embargou a visitação nas cavernas do PETAR, sob a justificativa maior da ausência de um Plano de Manejo, entre 20 de fevereiro e 19 de abril de 2008, quando as cavernas foram reabertas por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta e a visitação retomada com o uso de um Plano Emergencial provisório. Partindo deste contexto, o presente trabalho tem a finalidade de identificar quais são os impactos do fechamento das cavernas em 2008 na visão dos *stakeholders* envolvidos, a qual foi obtida por meio da aplicação de questionários. Os resultados demonstraram que os impactos mais relevantes giram em torno da questão econômica, já que a grande maioria dos entrevistados disse ter se sentido prejudicado neste setor de suas vidas. Alguns impactos positivos também foram observados, como o novo perfil de turistas com maior poder aquisitivo. No entanto, nem todos os *stakeholders* viram este fator como um aspecto positivo.

Palavras-Chave: Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira; Espeleoturismo; Plano de Manejo Espeleológico; Turismo de Base Comunitária.

Abstract

The historical context of the region of Alto Ribeira Tourist State Park (PETAR) forced the families near the park to work with tourism, because this economic activity became the only possible to be performed, since the several environmental constraints were imposed with the creation of one protected area in the 1950s. The local community has become dependent on the flow of visitors, initially adventurers interested in the natural beauty and, especially, caves of the region. Lastly, the destination specialized in speleotourism segment, getting a tourist flow increased over the last decades. However, the consolidation of the destination was not accompanied by proportional structuring of PETAR in public use, resulting in environmental degradation and risks to visitor integrity. This reality delicate environment, weakened management and vulnerable security culminated in a civil action publishes, that embargoed visitation in the PETAR caves, with the main justification for the absence of a management plan, between February 20 and April 19, 2008, when the caves were reopened by a Conduct Adjustment Term and the visitation was resumed with the use of a the provisional Emergencial Plan. Based on this context, this paper aims to identify what the impacts of the closure of the show caves in 2008, in the point of view of the stakeholders involved, which was obtained by questionnaires. The results showed that the most significant impacts revolve around economics, since the vast majority of respondents said he felt harmed in this sector of their lives with the embargo. Some positive

impacts were also observed, as the new profile of tourists with greater purchasing power. However, not all stakeholders saw this factor as a positive aspect.

Key-words: *Alto Ribeira Tourist State Park; Speleotourism; Speleological Management Plan; Community-based Tourism.*

1. INTRODUÇÃO

O Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) se localiza no sudoeste paulista, na região do Vale do Ribeira, que conta com os mais baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e demográfico do Estado de São Paulo (SANTOS, 2009).

As limitações econômicas impostas naturalmente pelo relevo montanhoso, somadas à concentração do maior remanescente de mata atlântica do país (WWF; ING-ONG, 2002), as dificuldades de acesso, o contexto histórico e mais as restrições ambientais advindas a partir de 1958 com a criação da Unidade de Conservação, limitaram as opções de desenvolvimento socioeconômico das famílias de algumas regiões dos municípios de Apiaí e Iporanga. Com a gradativa implantação do turismo de modo institucionalizado, desde os anos de 1980, tais famílias foram sendo inseridas na cadeia de produção desta atividade, sobretudo as do Bairro da Serra e demais distritos de Iporanga, um dos municípios abrangidos pelo PETAR. Assim, o turismo passou a ser a única atividade econômica “sustentável” para a região, em substituição às anteriores, que utilizavam os recursos naturais de forma predatória, até antes da criação da UC (HOGAN *et al*, 1999; FOGAÇA, 2008).

A região passou a ser visitada a partir dos anos de 1960, atraindo inicialmente espeleólogos e aventureiros, devido à fama de suas belas paisagens providas de rios, cachoeiras, vales e cavernas (SANTOS, 2009), sendo estas últimas o principal elemento motivador na visitação do PETAR. Este processo levou à implantação de dezenas de estabelecimentos do ramo de meios de hospedagem, como pousadas e *campings* e outros empreendimentos no Bairro da Serra e em Iporanga (VEIGA, 2009).

O PETAR tornou-se um destino especializado em espeleoturismo e a região passou a ser dependente economicamente do fluxo de visitantes, que se dava majoritariamente em feriados prolongados, extrapolando a capacidade de carga turística operacional dentro das cavernas (SCALEANTE, 2003; LOBO, 2008). Esta, dentre outras características demonstrou que o turismo se

desenvolveu majoritariamente de forma espontânea, com pouca intervenção governamental, o que resultou em degradação e impactos negativos ao ambiente cavernícola (MARINHO, 2002). No mais, a ausência de regras básicas de visitação e de um padrão mínimo de segurança também trouxe riscos à integridade dos visitantes, com acidentes e algumas mortes marcando a história da UC (BORSANELLI; LOBO, 2013).

Essa realidade do uso público combinada com uma mistura de ambiente delicado, gestão fragilizada e segurança vulnerável, culminou em uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal, que em 20 de fevereiro de 2008, fechou as cavernas do PETAR para a visitação turística, sob a justificativa maior da ausência de um Plano de Manejo do Parque e dos respectivos Planos de Manejo Espeleológico das cavernas visitadas (BORSANELLI; LOBO, 2013; LOBO; BOGGIANI, 2013).

O cenário decorrente desta intervenção levou a ausência total de visitantes em determinadas semanas dos 2 meses em que o embargo perdurou. Embora o PETAR não estivesse fechado no período, a impossibilidade de visitar as cavernas (LOBO, 2008), em conjunto com as informações inconsistentes divulgadas na mídia em geral, que equivocadamente mencionava o fechamento do PETAR, determinaram a redução no fluxo de visitantes. Após a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), a visitação foi retomada no dia 19 de abril do mesmo ano, através um Plano Emergencial. Esse documento estipulava que a partir de então, em até 24 meses, fossem elaborados e aprovados os Planos de Manejo Espeleológico de cada uma das 12 cavernas reabertas, os quais substituiriam o documento emergencial que constava do TAC (BORSANELLI, LOBO; 2013). Entretanto, não foi o que ocorreu, uma vez que as determinações do Plano Emergencial ainda vigoram (abril/2015).

Partindo desse panorama, o presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada entre fevereiro de 2013 e junho de 2014, que se justificou devido à grande dependência econômica do Bairro da Serra e de Iporanga em relação ao espeleoturismo e levou em consideração os possíveis impactos socioeconômicos, positivos ou negativos, causados

à comunidade desde o marco do embargo do fechamento das cavernas. Para identificar os possíveis impactos, entrevistas foram realizadas com diversos *stakeholders*, tanto moradores da região quanto de outras localidades, que vivem direta ou indiretamente do espeleoturismo. Os *stakeholders* são o público-alvo das entrevistas, uma vez que, interferem no desenvolvimento do turismo local, participando das decisões do destino, alguns contando com habilidade para influenciar seus rumos (SAVAGE *et al*, 1991).

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o cenário socioeconômico atual da comunidade local, identificar os impactos nela causados, tentando entender o que melhorou e piorou em suas vidas pós 2008.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi baseada principalmente na aplicação de questionários, direcionados aos *stakeholders* envolvidos na trajetória e cadeia produtiva do turismo no PETAR, como agentes do processo decisório de gestão com base participativa, empreendedores do ramo de meios de hospedagem e alimentação e também aqueles ligados ao setor indiretamente, sendo que sua identidade foi protegida. As questões abordadas nos questionários focaram nos assuntos apresentados no Quadro 1.

A participação dos *stakeholders* teve a finalidade de mensurar os possíveis impactos causados à comunidade por conta do fechamento das cavernas turísticas em 2008, positivos ou negativos.

A aplicação dos questionários ocorreu na maior parte do tempo no Bairro da Serra, influenciada pela grande concentração de *stakeholders* no local, assim como em Iporanga e Apiaí, ainda que em menor escala. Os trabalhos de campo foram realizados somente durante finais de semana com feriados, devido a grande parcela dos *stakeholders* frequentar a região nesses períodos, já que muitos residem em outras localidades, desempenhando outras funções paralelamente ao turismo.

A aplicação dos questionários deu-se nos seguintes feriados: Carnaval, de 2 a 9 de fevereiro de 2013; Proclamação da República e Consciência Negra, de 14 a 21 de novembro de 2013 e no Dia do trabalho, de 30 de abril a 5 de maio de 2014, somando 18 dias de pesquisa. Ao todo, foram realizadas 46 entrevistas e o registro de apenas 1 recusa. A receptividade em participar da pesquisa

foi grande, o que se atribui também ao provável interesse dos *stakeholders* nos possíveis resultados da pesquisa.

Quadro 1. Questões apresentadas aos *stakeholders* do PETAR durante as entrevistas.

- Ω Desde quando você reside e trabalha nesta localidade?
- Ω Você trabalha com turismo? Em que função?
- Ω Você se sentiu prejudicado economicamente com o embargo das cavernas?
- Ω Houve preocupação com a comunidade durante o embargo das cavernas?
- Ω O que você fez profissionalmente durante o embargo das cavernas?
- Ω Você sabe de pessoas que deixaram a região na época por falta de emprego?
- Ω Economicamente, o turismo no PETAR é mais lucrativo hoje em dia ou antes do embargo?
- Ω Em relação à preservação das cavernas e segurança dos turistas, você concorda com o fechamento do PETAR?
- Ω A visitação no PETAR é mais organizada hoje ou antes do embargo?
- Ω Você percebeu alguma modificação no fluxo turístico após a reabertura?
- Ω Quais foram os principais impactos causados à comunidade com o embargo?
- Ω Você considera que este conflito piorou ou nada mudou em relação aos problemas da comunidade com a administração do parque?
- Ω Você considera adequada a abertura de 12 cavernas para a visitação?
- Ω Você recomenda o trabalho na região a outras pessoas após a reabertura do PETAR?
- Ω Qual o percentual de dependência de sua renda em relação ao turismo?
- Ω Qual sua renda familiar mensal?
- Ω Qual seu grau de instrução?

Não são apresentadas informações do perfil socioeconômico dos entrevistados, pois a finalidade deste trabalho não se refere à sua identificação. No entanto, como filtro estabelecido, somente pessoas com idade maior que 18 anos puderam participar.

A tabulação dos questionários foi feita com apoio do aplicativo *Excel* em ambiente *Windows*. Como as questões eram abertas em sua maioria, as respostas foram agrupadas por semelhança de palavras-chave, usando técnicas de análise de discurso para encontrar similaridades entre opiniões e eventuais divergências entre grupos de opiniões, gerando distintas alternativas de respostas. As questões fechadas foram tabuladas por somatória simples.

A interpretação dos resultados foi feita à luz dos fatos que permeiam o cenário social e

econômico pós-2008 no destino, com uso de suporte para algumas questões e situações específicas.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO E TRAJETÓRIA DO USO PÚBLICO NO PETAR

Com a criação do PETAR, sobretudo a partir de sua real implantação, nos anos de 1980, foram impostas diversas restrições ambientais a Iporanga e, principalmente, ao Bairro da Serra, que foi inicialmente anexado aos limites territoriais da UC. Os moradores sofreram proibições quanto à maioria das atividades econômicas desenvolvidas. Desse modo, o turismo passou a ser uma das únicas atividades passíveis de serem desenvolvidas para a geração de renda e sustento da comunidade, já que a região era visitada por espeleólogos e aventureiros desde a década de 1960 (FOGAÇA, 2008).

A mão-de-obra local foi canalizada para os diversos estabelecimentos que surgiram. Assim, os homens e mulheres da região deixaram as atividades ligadas à agricultura, extrativismo ilegal e mineração, envolvendo-se com o turismo, quase que obrigatoriamente. Tornaram-se condutores, proprietários de meios de hospedagem, recepcionistas, cozinheiros, funcionários do parque etc., sendo que tais novidades foram duramente assimiladas por alguns e com maior facilidade por outros (FOGAÇA, 2008).

Por conta do crescente fluxo de visitantes ao longo das décadas, bem como da consolidação do turismo como principal fonte de renda no Bairro da Serra, a paisagem dos arredores foi sendo modificada, uma vez que grande parcela das casas, construídas de sapé, deu lugar à pequenas pousadas familiares de alvenaria e outros tipos de meios de hospedagem, como *campings* (FOGAÇA, 2008), sendo que, estes estabelecimentos ofereciam serviços a preços econômicos e costumavam ser frequentados por visitantes com baixo poder aquisitivo e aventureiros em sua maioria (LOBO, 2011).

Durante os anos de 1980 e 1990, a visitação se desenvolveu de forma pouco ordenada, o que resultou em diversos impactos negativos nas cavernas e consequências negativas também aos visitantes, com a ocorrência de acidentes, alguns fatais, como em 1994, 2003 e 2007 (LOBO, 2005). Os fatores que levaram a estes problemas referem-se à forma quase espontânea com a qual a visitação se estruturou, marcada pela falta de um planejamento sistêmico e contínuo em sua gestão e a ausência de documentos que norteassem a utilização das

cavernas, resultando em padrões de visitação com diversas deficiências até a primeira metade da década de 2000 (BORSANELLI, LOBO; 2013).

Essa mistura de ambiente delicado, gestão fragilizada e segurança vulnerável se fez notar até 20 de fevereiro de 2008, quando através de uma ação civil pública, o Ministério Público Federal determinou o embargo da visitação nas cavernas do PETAR, sob a justificativa maior da falta de instrumentos de manejo legais aprovados e implantados (BORSANELLI; LOBO, 2013; LOBO; BOGGIANI, 2013).

O embargo das cavernas foi recebido com revolta pela comunidade local, se agravando nos 2 meses seguintes, sendo que em determinadas semanas, a visitação no PETAR chegou a zero (LOBO, 2008).

Em abril de 2008, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o IBAMA, o CECAV/ICMBio e a Fundação Florestal – órgão responsável pela gestão atual do PETAR. Como parte deste TAC, foram elaborados Planos Emergenciais para o uso precário de cada uma das 12 cavernas reabertas à visitação (BORSANELLI; LOBO, 2013). O acordo era de que este documento vigorasse por até 24 meses após sua aprovação, sendo então substituído pelos Planos de Manejo Espeleológico.

Como não houve a substituição de documentos, o TAC continua a vigorar até os dias atuais (abril/2015), que por sua vez, além de permitir a visitação em apenas 12 cavernas – antes eram 30 –, agregou regras específicas a cada uma delas e também diversas outras regras gerais, como o estabelecimento de limites arbitrários de visitantes por dia e por grupo de visitantes nas cavidades – com exceção para a caverna Santana, na qual o limite foi definido por um estudo específico, publicado em Lobo (2008).

No TAC também não foram consideradas questões mínimas ambientais e óbvias de cada caverna, impondo restrições com pouco embasamento. Como exemplo, cavernas como a Morro Preto e Teminina II poderiam receber uma quantidade maior de visitantes do que a definida, em função de seu maior volume interno e fluxo de circulação de energia e massa. Essas definições indevidas instalaram o seguinte quadro: capacidade de suporte de visitação subestimada; falta de opções de atrativos; filas nos núcleos mais visitados, sobretudo durante feriados prolongados; e casos de turistas que não conseguiram vaga para visitar as cavernas pela ausência de um sistema de reservas.

Embora estas condições da visitação tenham trazido soluções para diversas deficiências, o novo cenário do uso público desagradou a muitos moradores e visitantes (BORSANELLI, LOBO; 2013).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: A VISÃO DOS STAKEHOLDERS EM FUNÇÃO DO CENÁRIO PÓS-2008

Com o objetivo de sintetizar os resultados e manter o foco proposto neste trabalho, apenas as questões cujos resultados estão mais ligados ao estudo em questão são ora apresentadas. As opiniões dos *stakeholders* foram analisadas em conjunto com algumas reflexões sobre os fatos que permeiam o desenvolvimento do turismo no PETAR, atreladas à vivência dos autores deste trabalho no local de estudo.

A maioria dos entrevistados (67%) é composta por nativos da região, sendo que 33% são de outras localidades e, dentre todos os entrevistados, 71% passaram a residir na região ou vivem no local por terem nascido ali entre 1950 e 1997. Este dado foi entendido como positivo, já que esta longa vivência proporciona maior compreensão sobre a trajetória que culmina no cenário atual.

Sobre o perfil de envolvimento profissional dos *stakeholders* com o uso público do PETAR, constatou-se que 85% dos entrevistados trabalham direta ou indiretamente com o turismo. Destes, 43% justificaram trabalhar com turismo devido a este ser a atividade que mais gera renda na região; 37% viram no turismo uma oportunidade profissional; 9% estão no ramo devido à escassez de emprego em outras áreas; 4% entraram no ramo por considerarem-no interessante, 4% por gostar de trabalhar em contato com a natureza e 2% entraram no ramo por gostarem de trabalhar com público. Com isso, observa-se a estagnação econômica em outros setores e a restrição de opções para a população, considerando as justificativas mais mencionadas.

Quando questionados sobre quais eram suas funções profissionais, 28% respondeu trabalhar como condutor; 24% trabalham com outras atividades, 18,2% são proprietários de meios de hospedagem, 9,5% são proprietários de agências receptivas; 7% são funcionários do ramo de meios de hospedagem, 4% são proprietários de estabelecimentos do ramo de alimentos & bebidas, 3% são proprietários de estabelecimentos ligados à venda de suvenires e artesanato; 3% são funcionários do PETAR e 3% trabalham em

estabelecimentos de suporte ao turismo. Ainda sobre o universo profissional dos entrevistados, 53% afirmaram envolver-se em duas atividades profissionais, 29% em uma atividade e 18% em três. Esses dados demonstram que a maioria dos *stakeholders* costuma se desdobrar em mais de uma função profissional, o que pode ser atribuído à necessidade de complementação de renda ou mesmo de preenchimento de tempo ocioso, levando em consideração a sazonalidade do turismo no PETAR, que já tinha esse caráter antes do embargo. Um exemplo comum observado entre monitores e funcionários das empresas do setor é a ocupação no turismo em finais de semana e feriados e o trabalho com agricultura de pequena escala, silvicultura, apicultura e mesmo construção civil nos demais dias do ano. Essa dinâmica de vida não pode ser creditada ao embargo, pois já era assim antes.

Na continuidade, os assuntos abordados trataram mais especificamente sobre as questões relativas e decorrentes do embargo das cavernas em 2008, relacionando-as com outros assuntos pertinentes ao tema. Primeiramente, foi questionado aos entrevistados se estes se sentiram prejudicados com o embargo (Fig. 1).

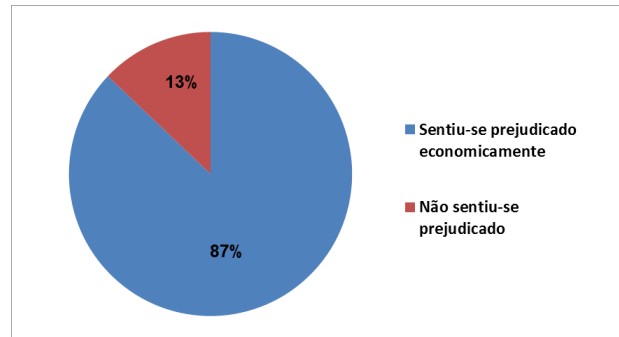


Figura 1. Percentual de entrevistados que se sentiram prejudicados com o embargo das cavernas.

Para 88% dos respondentes, o embargo trouxe prejuízos de ordem econômica em suas vidas, sendo o desemprego o principal deles. Esse fato pode ser compreendido se consideradas as atividades profissionais dos entrevistados, as quais aparecem de forma mais detalhada na continuidade das discussões. Resumidamente, 73% têm suas funções profissionais envolvidas com o turismo, sendo que o embargo das cavernas fez com que houvesse um baixo e até inexistente fluxo de visitantes nos 2 meses em que o embargo durou. Já para 13%, não houve prejuízos.

Como o embargo perdurou por 2 meses, foi questionado aos entrevistados o que os mesmos fizeram profissionalmente no período (Fig. 2)

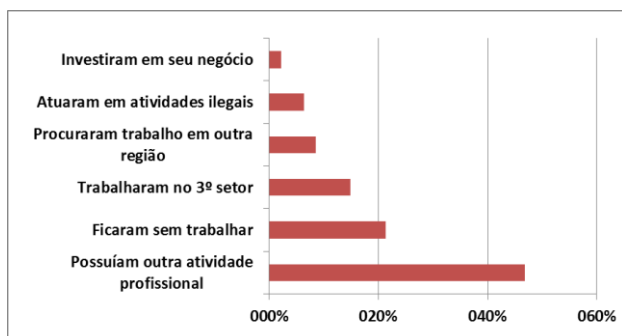


Figura 2. Atividades desenvolvidas pelos entrevistados durante o embargo.

A maioria dos entrevistados (47%) possuía outra ocupação profissional paralela ao turismo, como mencionado anteriormente. No entanto, não significa que estes não se sentiram afetados pelo embargo, pois a Fig. 1 demonstra que o universo daqueles que se sentiram prejudicados – aproximadamente 88% - não condiz com aqueles que possuíam outra ocupação profissional. Além disso, 21% ficaram sem trabalhar; 15% passaram o período trabalhando na construção civil e em outros serviços do 3º setor, para suprir a falta de trabalho no turismo; 8% precisaram procurar trabalho em outras regiões, retornando algum tempo após o fim do embargo; 6% atuaram em atividades não permitidas e 2% aproveitaram esse tempo para investir em seu negócio.

É importante complementar que muitos entrevistados comentaram que, durante o embargo, alguns moradores trabalharam na extração de palmito-juçara, espécie ameaçada de extinção, que tem sua extração proibida e, também na derrubada de madeira, atividade também ilegal; devido às dificuldades financeiras. Nenhum entrevistado se declarou envolvido com alguma dessas atividades, somente apontaram saber do ocorrido.

Também foi questionado aos entrevistados sobre a possibilidade de êxodo rural durante e após o embargo, que foi confirmada, uma vez que 87% dos entrevistados disseram conhecer pessoas que deixaram a região por falta de emprego na época do fechamento das cavernas e depois. Sobre quais seriam as cidades que migraram estes moradores, de acordo com os entrevistados 32% se mudou para São Paulo; 22% para Curitiba; 17% para Sorocaba; 16% não soube responder; 9% foram para demais cidades do Vale do Ribeira; 3% para outras cidades. Essas porcentagens referem-se a números estimados pelos entrevistados, mas demonstra que houve uma real saída de moradores do entorno do PETAR.

Esses resultados levam a crer que a economia local foi afetada com o embargo, gerando

desemprego e outras consequências socioeconômicas negativas. O êxodo rural foi um dos maiores impactos negativos trazidos com o processo, já que a vida na cidade grande, em contrapartida à vida rural, exige um ritmo mais estressante e competitivo, além de facilitar o contato com a poluição, violência, prostituição, marginalização e favelização. Inclusive, a cidade de São Paulo que, estimadamente, recebeu o maior percentual da migração (32%), tem cerca de 1,077 milhão de pessoas vivendo em favelas ou cortiços, ou seja, 1 em cada 10 moradores da capital paulista vivem nestas condições. Outros aspectos negativos das migrações são o desenraizamento cultural, a desestruturação identitária, a exclusão social, a rejeição e a dificuldade de inserção no lugar de chegada (MARINUCCI, MILESI; 2002).

Outro aspecto pesquisado foi a percepção de lucratividade dos *stakeholders*, estabelecendo uma comparação entre antes e depois do embargo (Fig.3)

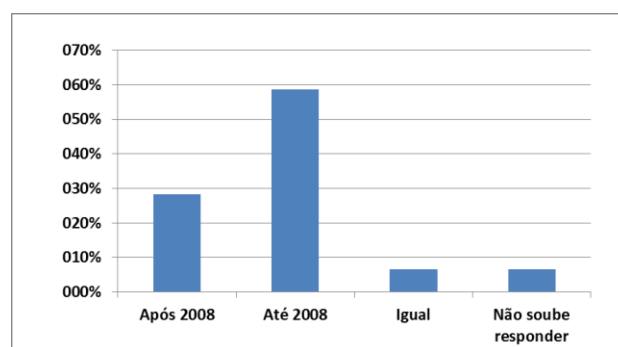


Figura 3. Relação entre a maior lucratividade antes e depois do embargo.

Como demonstrado na Fig. 3, 59% responderam considerar que a atividade gerava mais lucro até 2008; 28% consideram lucrar mais na atualidade; 6% comentaram ter a mesma margem de lucro e 6% não souberam responder. A maioria dos entrevistados (59%) comentou ter tido prejuízos quanto à lucratividade, uma vez que o ganho da comunidade com a atividade turística teria diminuído a partir de 2008 e, mesmo com a reabertura das cavernas, não houve estabilização na economia local, o que pode ser explicado por conta do fato do Plano Emergencial que ainda está em vigor ser demasiadamente restritivo.

A fim de proporcionar um balanço geral dos impactos gerados pelo fechamento das cavernas e listar os mais relevantes de acordo com a percepção dos *stakeholders*, foi questionado quais foram os principais impactos causados à comunidade (Fig. 4).

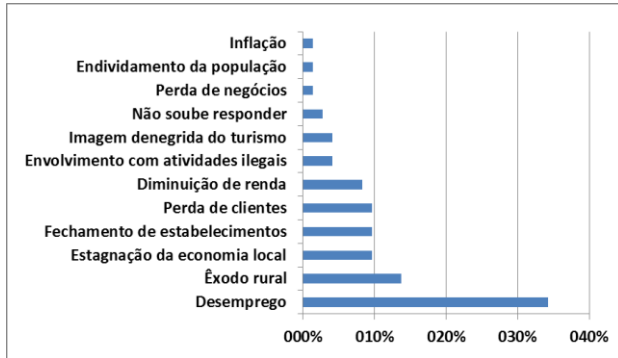


Figura 4. Lista dos principais impactos causados à comunidade local.

Como exibido na Fig. 4, o desemprego (34%) foi apontado como o mais relevante impacto causado à comunidade local, uma vez que, como a comunidade é dependente do turismo, a proibição da visitação em seus atrativos afetou diretamente a oferta de emprego, como aconteceu em fevereiro de 2008 e, ainda nos dias de hoje, devido à continuidade do Plano Emergencial. O êxodo rural (14%) também foi considerado bastante relevante, já que uma parcela considerável dos moradores saiu do Bairro da Serra e Iporanga, a fim de conseguir uma oportunidade profissional em outra cidade, sendo que muitos não retornaram. Os dados a seguir mencionam a estagnação da economia local (10%), o fechamento de estabelecimentos (10%), a perda de clientes (10%), a diminuição da renda (8%), o envolvimento com atividades ilegais (4%), a imagem denegrida do turismo no destino (4%), a perda de negócios (1%), o endividamento da população (1%) e até mesmo a inflação (1%) – este último, mesmo sem possuir relação direta com o fechamento das cavernas, por se tratar de um aspecto macroeconômico.

Com a finalidade de investigar se o novo panorama do uso público implicou em alguma alteração no fluxo turístico, foi questionado se os entrevistados perceberam alguma modificação neste fluxo após a reabertura das cavernas. Assim, 100% dos entrevistados afirmaram ter percebido uma diminuição drástica no fluxo de visitantes. A favor da opinião destes, entre os anos de 2006 e 2009, nove estabelecimentos ligados ao setor do turismo fecharam, dentre bares, *campings* e pousadas (VEIGA, 2009) e, em 2013, durante as pesquisas de campo, duas pousadas informaram o fim de seu funcionamento – embora em ambos os casos este tenha sido retomado algum tempo depois. Em entrevista aos sócios-proprietários destes últimos meios de hospedagem, em ambos os casos o fim de suas atividades correspondeu à falta de hóspedes, que desde 2008, gerou um faturamento que beirava

a “linha do vermelho”. Entretanto, é possível que a própria competitividade entre os empreendedores tenha desfavorecido alguns destes, uma vez que, foram poucos aqueles que investiram na divulgação de seus estabelecimentos na internet, por exemplo. Também é preciso observar que o fechamento dos estabelecimentos se iniciou em 2006, dois anos antes do embargo.

Outra observação importante é que, até pouco antes do embargo em 2008, o público que frequentava o PETAR tinha um perfil aventureiro, preferindo acampar durante sua estadia no Parque, o que gerava poucos recursos para a região. Após o embargo, esse antigo público se afastou, por conta do novo panorama do uso público e pelo fato de que as visitas ao PETAR passaram a demandar um investimento mais alto, principalmente devido à maior cobrança na obrigatoriedade de acompanhamento do condutor nos passeios (BORSANELLI; LOBO, 2013). A própria mudança no perfil do visitante do PETAR pode ter sido responsável pelo fechamento de alguns estabelecimentos e pela menor lucratividade de outros (refletindo em aspectos mencionados na Fig. 4). Por contar com um poder aquisitivo mais alto, é possível que somente os empreendimentos com mais elementos de uma hotelaria moderna, urbanizada, interessem a este perfil de visitantes, subsidiando um menor faturamento e até o fechamento de alguns meios de hospedagem mais simples e, por vezes, com administração familiar, devido ao baixo fluxo de hóspedes.

Desta observação, levantou-se a hipótese de que esse novo perfil de turista que frequenta a região pode vir a gerar mais renda para a comunidade no médio prazo. Todavia, esse fato parece ser negligenciado pelos *stakeholders*, que constantemente usavam de um sentimento saudosista em seus discursos em relação ao turismo pré-fechamento no PETAR, não aceitando ainda algumas mudanças positivas trazidas pelo pós-2008.

5. CONCLUSÕES

O quadro socioeconômico da região do PETAR e entorno sempre foi desfavorecido, o qual pode ser explicado pelo fato do Vale do Ribeira contar, historicamente, com os mais baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e demográfico do Estado de São Paulo. Desse modo, não é correto creditar a estagnação econômica atual da região unicamente ao embargo das cavernas, mas é importante relacionar o agravamento dos problemas

de ordem social e econômica da comunidade com este processo.

Na pesquisa realizada, a maioria dos entrevistados respondeu ter se sentido prejudicada economicamente com o embargo, até porque, mais de 70% dos respondentes trabalham com turismo. Os impactos foram sentidos já nos 2 meses em que o embargo perdurou, pois mesmo havendo a possibilidade de visita em outros atrativos, em algumas semanas a visita no Parque chegou a zero, o que contribuiu para que 21% dos entrevistados ficasse sem trabalho nesse período e 8,5% precisasse procurar trabalho em regiões próximas.

Como percebido, o desemprego foi o maior impacto causado à comunidade na época do embargo, com resquícios ainda existentes nos dias atuais, sendo o responsável por uma parcela da população ter buscado oportunidade de trabalho em outras localidades. Muitas dessas pessoas não retornaram, agravando o cenário de êxodo rural para grandes centros urbanos, como São Paulo, Curitiba e Sorocaba.

Outra opinião importante é que, segundo 100% dos entrevistados, houve uma diminuição drástica no fluxo turístico no PETAR desde 2008, sendo que o fechamento de diversos estabelecimentos do ramo é utilizado como o principal embasamento para tal proposição. Esta questão precisa ser investigada mais profundamente, à luz dos dados de fluxo de visita nos núcleos do PETAR, sendo este o dado mais representativo para a análise da variação no total de visitantes na região. Em trabalho anterior, Borsanelli; Lobo (2013) haviam comentado sobre o possível aumento nestes fluxos – uma situação paradoxal em relação à realidade observada. No entanto, consultas posteriores à gestão do PETAR demonstraram que os dados aos quais os autores tiveram acesso não eram exatos, o que pede nova análise futura, em cruzamento com os resultados da presente pesquisa.

Em contrapartida, a mudança do perfil do visitante também pode ter sido responsável pela diminuição do faturamento dos empreendedores

desde 2008, que ocorreu com 58,7% dos respondentes e, também, pelo fechamento dos estabelecimentos. Levanta-se a possibilidade que a preferência de consumo deste novo perfil seja o principal fator em tela, o que também precisa ser pesquisado futuramente. Por outro lado, este novo perfil pode vir a gerar mais renda para a população, se caracterizando assim um impacto econômico positivo.

É importante ressaltar que os impactos mais relevantes causados à comunidade foram o desemprego, o êxodo rural e a possível diminuição do fluxo de visitantes.

Todos esses impactos foram atribuídos ao embargo seguido da prolongação demasiada do Plano Emergencial, que deveria ter sido substituído pelos Planos de Manejo Espeleológico de cada uma das cavernas reabertas. Com a futura implantação desses documentos, a capacidade de carga das cavernas aumentará, permitindo mais visitantes diariamente, horários de visita mais abrangentes e outras possibilidades de atrativos, além de um necessário sistema de agendamento de visita, o que pode proporcionar novas oportunidades para a comunidade com o consequente aumento da visita.

AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos aos senhores Harald Adam e Abílio Ferreira, respectivamente, proprietários da Pousada das Cavernas e Pousada do Abílio, no bairro da Serra, pelo apoio e custeio na hospedagem e alimentação, sem os quais essa pesquisa não teria sido viável.

Agradecemos aos colegas Eduardo Manganaro e Camila Seixas pela ajuda nos campos, assim como pela companhia no PETAR.

Aos *stakeholders* entrevistados, que gentilmente contribuíram para este trabalho com suas opiniões e posições.

BIBLIOGRAFIA

BORSANELLI, F.A.; LOBO, H.A.S.. **Percepções dos visitantes sobre a evolução do espeleoturismo no PETAR face ao fechamento das cavernas turísticas em 2008.** In: RASTEIRO, M.A.; MORATO, L. (orgs.) CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 32, 2013. Barreiras. *Anais...* Campinas: SBE, 2013. Disponível em: <http://www.cavernas.org.br/anais32cbe/32cbe_045-054.pdf>.

- FOGAÇA, I. de F. Estudo das transformações da estrutura física do bairro da Serra, entorno do PETAR, em decorrência da atividade turística. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, Campinas, v.1, n.1, p.16-17-29-42, 2008. Disponível em: <http://www.cavernas.org.br/ptpc/ptpc_v1_n1_029-042.pdf>.
- HOGAN, D.J.; CARMO, R.L. do; ALVES, H.P.F.; RODRIGUEZ, I.A.; *Sustentabilidade no Vale do Ribeira*. et alli, Ambiente & Sociedade, ano II, números 3 e 4, 1998-1999, p.151-175; Unicamp, Campinas, 1999.
- LOBO, H.A.S. Considerações Preliminares Para a Reestruturação Turística da Caverna de Santana – PETAR, Iporanga, SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 28, Campinas. **Anais**. Campinas: SBE, 2005. p. 77-87. Disponível em: <http://www.cavernas.org.br/anais28cbe/28cbe_077-087.pdf>.
- LOBO, H.A.S. **Capacidade de carga real (CCR) da caverna de Santana, PETARSP e indicações para o seu manejo turístico**. Geociências, Rio Claro, v.27, n.3, p.369-385, 2008a.
- LOBO, H.A.S. **Ecoturismo e percepção de impactos socioambientais sob a ótica dos turistas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR**. Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas, 1:67-76. 2008. Disponível em: <http://www.cavernas.org.br/ptpc/ptpc_v1_n1_067-076.pdf>.
- LOBO, H.A.S. **Estudo da dinâmica atmosférica subterrânea na determinação da capacidade de carga turística na caverna de Santana (PETAR, Iporanga-SP)**. 2011. 392 p. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2011.
- LOBO, H.A.S.; BOGGIANI; P.C. Cavernas como patrimônio geológico. **Boletim Paranaense de Geociências**, Curitiba, v. 70, p. 190-199, 2013.
- MARINHO, M. de A. (Coord.) **Projeto “Plano de uso recreativo do PETAR, Iporanga e Apiaí/SP**. São Paulo: WWF/Ing_Ong, 2002. 94p.
- MARINUCCI, R; MILESI, R. **O fenômeno migratório no Brasil**. Instituto Migrações e Direitos Humanos e Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Brasília, 2002.
- SANTOS, F. S. **O PETAR, DESENVOLVIMENTO E IPORANGA: A INFLUÊNCIA DA CRIAÇÃO DO PARQUE NA CIDADE DO VALE DO RIBEIRA-SP**. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 2009, Curitiba - PR. VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE - Anais em CD, 2009. p. 1-17.
- SCALEANTE, J.A.B. **Avaliação do impacto de atividades turísticas em cavernas**. 2003. 82. p. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.
- VEIGA, A.C.P. **Perspectivas socioeconômicas da população do Bairro da Serra em relação à elaboração do Plano de Manejo Espeleológico do PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rosana, 2009.
- WWF-BRASIL; ING-ONG. **Relatório Parcial**: Projeto “Plano de Uso Recreativo do PETAR, Iporanga e Apiaí/SP”. São Paulo: CBR123, 2002.